

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL****FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE****Procuradoria Jurídica**

Parecer SEI-GDF n.º 2/2018 - FEPECS/DE/PROJUR

Referência: Processo SEI nº _00064_00000193_2018_18

Assunto: Contratação Direta para execução dos serviços de publicação institucional no Diário Oficial.

Ementa: Contratação Direta. Serviços de Publicação em Imprensa Oficial. Inexigibilidade de Licitação. Art. 25 e 26 da Lei 8.666/93. Decreto nº 37.256. Exigência demonstração das informações orçamentária. Necessidade de complementação. Viabilidade da contratação, desde que atendidas as recomendações.

Prezada Chefe,

I – Relatório

Versam os autos sobre a contratação, por dispensa de licitação, do serviço de publicação institucional do Diário Oficial do Distrito Federal (DODF).

Constam do processo, no que importa, o Projeto Básico (4687782) e as Informação de Disponibilidade Orçamentária de parte do objeto (4706498).

II – Fundamentação

No Distrito Federal, as normas para as publicações no Diário Oficial são atualmente regulamentadas pelo Decreto nº 37.256, de 15 de abril de 2016, segundo a qual a responsabilidade pelas publicações oficiais se dá por intermédio da Subsecretaria de Atos Oficiais, da Secretaria Adjunta da Casa Civil, da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal.

O mencionado Decreto ainda prevê o pagamento das publicações realizadas pelos órgãos da Administração Indireta, como é o caso desta Fundação.

Art. 8º Estão sujeitos a pagamento:

I - atos oficiais dos órgãos da Administração Indireta do Distrito Federal;

Em vista de o objeto da contratação ser imprescindível à atuação de qualquer órgão público, e ainda levando-se em conta que tais serviços são desenvolvidos por unidade vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, sem maiores controvérsias, e ante a constatação de inviabilidade de competição, afigura-se cabível a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, prevista no Art. 25 da Lei Federal de Licitações.

Verifica-se que o Projeto Básico foi assinado pela unidade técnica demandante e aprovado pelo Ordenador de Despesas, em consonância com a Instrução nº 14, de 06 de setembro de 2013.

Conta do Projeto Básico a delimitação do objeto, com a justificativa de contratação, a estimativa de valor calculada com base no exercício anterior, o prazo de execução para o período de 12 meses, bem como as obrigações das partes. Novamente, em vista da especificidade da contratação, e das normas próprias como

Decretos e Portarias que regulamentam o desenvolvimento das atividades da publicação oficial tem-se por suficiente o Projeto Básico.

No que diz respeito à informação orçamentária, (4706498), apresentada pelo Núcleo de Execução Financeira, verifica-se que somente houve a verificação de disponibilidade do valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), sendo a contratação para o período de doze meses estimada em de R\$100.000,00 (cem mil reais).

A Lei Geral de Licitações, nº 8.666/93, mesmo nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, exige como requisito para contratação de obras ou serviços a prévia demonstração de recursos para o período financeiro.

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

I - projeto básico;

II - projeto executivo;

III - execução das obras e serviços.

§ 1º A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração.

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

IV - o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual de que trata o [art. 165 da Constituição Federal](#), quando for o caso.

Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e **indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento**, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, **a indicação** sucinta de seu objeto e **do recurso próprio para a despesa**, e ao qual serão juntados oportunamente:

Como visto, a lei exige a prévia indicação dos valores para acobertar as despesas da contratação e constem do orçamento, não sendo suficiente atestar a expectativa de futuros recursos orçamentários.

Igualmente, Joel de Menezes Niebuhr (in Licitação pública e contrato administrativo. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2011) leciona que:

Com o orçamento estimado em mãos, a Administração deve realizar a previsão orçamentária. A propósito, a exigência de previsão orçamentária decorre da Lei nº 8.666/93, mais precisamente do inciso III do §2º do seu art. 7º, cujo texto revela que "as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando: houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma". Nos casos de obras e serviços que se estendam por mais de um exercício, é necessário, de acordo com o inciso IV do §2º do mesmo art. 7º, que "o produto dela esperado estiver contemplado nas metas estabelecidas no Plano

Plurianual de que trata o art. 165 da Constituição Federal". Também o caput do art. 14 da Lei nº 8.666/93 determina que "nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento". A exigência de indicação dos recursos orçamentários visa a evitar que contratos sejam celebrados sem que a Administração disponha, no seu orçamento, da previsão do montante necessário para realizar os respectivos pagamentos. Quer-se evitar contratações aventureiras e o inadimplemento da Administração. Note-se que o dispositivo não exige a disposição de recursos antes da licitação ou mesmo antes da celebração do contrato. O dispositivo exige apenas que se disponha dos recursos no exercício financeiro correspondente ao contrato, isto é, que haja previsão dos recursos na respectiva lei orçamentária. Cumpre insistir - porque deveras frequente é a confusão - que a Administração não precisa dispor, à época da licitação, do montante necessário para arcar com o contrato; ela precisa apenas indicar que há previsões no orçamento para realizar os pagamentos futuros.

Vale anotar que não se está a exigir a efetiva demonstração que os recursos estejam disponíveis no momento, mas tão somente de que há previsão dos recursos na lei orçamentária do respectivo exercício.

Com efeito, deve ser indicada, por fonte e dotação, a previsão de recursos no montante estimado da contratação.

Indo adiante, por se tratar de contratação direta, por inexigibilidade, deverá se atentar para os procedimentos constantes no Art. 26, da Lei de Licitações, com a ratificação da inexigibilidade por ato da Diretoria Executiva, conforme delegação de competência constante da Instrução FEPECS nº 2/2011, e publicação desse ato em imprensa oficial como condição de eficácia dos mesmos.

Por fim, anota-se que a minuta de contrato a ser utilizada para a contratação em tela é a minuta padrão nº 03, aprovada pelo Decreto nº 23.287, de 17 de outubro de 2002, que trata da contratação de serviços por inexigibilidade de licitação, com as devidas adaptações relativas ao caso em tela.

III – Conclusão.

Do exposto, com base nos argumentos traçados, e observados os pontos levantados ao longo da manifestação, conclui-se pela viabilidade de se levar a efeito a contratação da Imprensa Oficial do Distrito Federal, mediante inexigibilidade de licitação, desde que apresentada a informação de dotação orçamentária dos valores estimados da contratação, bem como de que seja observada a as regras do Art. 26 da Lei de Licitações, que exige ato de ratificação da inexigibilidade e sua publicação na própria imprensa oficial.

Brasília – DF, 02 de fevereiro de 2017.

Breno L. Barão
Gerência dos Contratos e Convênios/PROJUR
Gerente

Acolho o Parecer nº 2/2018 PROJUR/FEPECS pelos seus fundamentos, concluindo pela viabilidade da contratação direta, desde que atendidos as recomendações do opinativo. Determino o encaminhamento dos autos a UAG/FEPECS para conhecimento e deliberação quanto ao prosseguimento do feito.

Kelen Cristina de Oliveira
Procuradoria Jurídica/FEPECS
Chefe

Documento assinado eletronicamente por **KELEN CRISTINA DE OLIVEIRA - Matr.0271454-X**,
Chefe da Procuradoria Jurídica, em 02/02/2018, às 18:44, conforme art. 6º, do Decreto nº



36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **BRENO LIMA BARÃO - Matr.0271738-7, Gerente de Contratos e Convênios**, em 02/02/2018, às 19:20, conforme art. 6º, do Decreto nº 36.756, de 16 de Setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **4981783** código CRC= **05E3BE17**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SMHN Quadra 03, Conj. "A", Bloco 01 Edifício Fepecs – Brasília-DF - Bairro Asa Norte - CEP 70.710-907 - DF

(61) 3325-4981

00064-00000193/2018-18

Doc. SEI/GDF 4981783